



Governo do Estado do Acre
Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr
Centro de Formação e Tecnologias da Floresta - CEFLOA

SUMÁRIO DE REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES BRASILEIRAS DO FÓRUM DE INTEGRAÇÃO ACRE-UCAYALI

Comissão de Conservação da Biodiversidade
Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Comissão de Desenvolvimento Sociocultural
Comissão de Ciência e Tecnologia



Centro de Formação e Tecnologias da Floresta
(CEFLOA), Cruzeiro do Sul, 10 de outubro de 2006

APRESENTAÇÃO

Neste documento apresentamos a síntese da primeira reunião das Comissões de *Conservação da Biodiversidade, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Sociocultural e Ciência e Tecnologia* do Fórum de Integração Acre-Ucayali, realizada no Centro de Formação e Tecnologias da Floresta (CEFLORA) em 10 de outubro de 2006. Participaram da Reunião 24 representantes das seguintes instituições: Centro de Formação e Tecnologias da Floresta (CEFLORA), Patrimônio Histórico e Cultural – Fundação Elias Mansour (PHC/FEM), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Organização dos Povos Indígenas do Alto Juruá (OPIRJ), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/PNSD e IBAMA/CNPT), PESACRE, SOS Amazônia, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI), CASAVAJ e AMAIAC (**Anexo 1**).

A reunião foi realizada forma conjunta com o objetivo de retomar a agenda proposta para a implantação do **Fórum Binacional de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Ucayali (Peru) e Estado do Acre (Brasil)**, conforme deliberações da 2ª Reunião Técnica para Conservação da Biodiversidade Fronteiriça realizada nos dias 15 e 16 de julho de 2006. No início da reunião o senhor Miguel Scarcello (SOS Amazônia) apresentou o histórico do processo de integração e diversos documentos produzidos em eventos anteriores para nivelamento de informações entre os participantes. Posteriormente foram discutidos cinco pontos de pauta com as deliberações e encaminhamentos abaixo sintetizados:

1 – DEFINIÇÃO DOS COORDENADORES DAS COMISSÕES

1.1. Comissão de Conservação da Biodiversidade (IBAMA, SEMA, SOS Amazônia, CPI e UFAC): Estando presentes as cinco instituições componentes desta comissão foi eleita coordenadora a senhora Camila Garcia Gomes (IBAMA/CZS). A Profa. Dra. Karen Adami Rodrigues indicou a Profa. Marta Dias de Moraes para ser a representante do Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN/Campus Floresta - UFAC) nesta Comissão. O CEFLORA solicitou inclusão de um representante nessa Comissão a ser indicado pelo Coordenador Geral.

1.2. Desenvolvimento Econômico Sustentável (CEFLORA, UFAC, IBAMA, OPIRJ, SEPLANDS). O senhor Frederico Soares Machado solicitou a inclusão da ONG PESACRE na Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Estando presentes representantes de todas as instituições desta comissão foi eleito coordenador da comissão o senhor Frederico Soares Machado (PESACRE/Mâncio Lima).

1.3. Comissão para o Desenvolvimento Sociocultural (CASAVAJ, CNS, PHC/FEM, IBAMA-CNPT). A senhora Rútila Lima Silva (PHC/FEM) informou que a Comissão se reuniu anteriormente e elegeu o senhor Chico Ginu coordenador da comissão. Como co-coordenadora da comissão foi indicada a senhora Rutila Lima Silva.

1.4. Comissão de Pesquisa, Ciência e Tecnologia. A Comissão já havia se reunido anteriormente e eleito o senhor Rafael Luís Galdini Raimundo, Coordenador do CEFLORA, como coordenador desta comissão.

2 – Priorizar tema por comissão para realizar pelo menos uma reunião ainda em 2006, sugerir agenda anterior à Reunião Geral do Fórum.

Após extensa discussão e revisão dos documentos-base elaborados em reuniões anteriores deliberou-se que cada Comissão reunir-se-á independentemente para estudar as temáticas propostas para definir suas pautas. Num momento posterior será elaborado um documento-síntese desse trabalho.

Foi definido o prazo-limite de **15 de novembro** para que cada Comissão realize pelo menos uma reunião para dar andamento a atual agenda (item 2) e defina sua Agenda de 2007. Abaixo estão indicadas as datas e horários indicados para cada Comissão:

Agenda de reuniões de comissões brasileiras do Fórum de Integração Acre-Ucayali. Todas as reuniões estão previstas para o Centro de Formação e Tecnologias da Floresta – CEFLOA.

Comissão de Conservação da Biodiversidade: dia 30 de outubro às 14h30m.

Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável: 24 de outubro às 09h

Comissão para o Desenvolvimento Sociocultural: 23 de outubro às 09h.

Comissão de Pesquisa, Ciência e Tecnologia: 30 de outubro às 09h.

3 – Indicar propostas para o plano preliminar de atividades-reuniões das 4 comissões e do Fórum para 2007

Os participantes da reunião concordaram em transferir esse ponto de pauta para as reuniões indicadas no item 2.

4 – Recomendações aos Coordenadores do Fórum

- As comissões devem priorizar reuniões na cidade de Cruzeiro do Sul para viabilizar a participação crescente de instituições e técnicos que podem contribuir substancialmente para o processo de integração, visto que geograficamente o Alto Juruá é a região que está mais próxima a Ucayali.
- Os coordenadores das comissões indicados no item 1 devem encaminhar à Coordenação Geral do Fórum as atas das reuniões indicadas no item 2, unificadas em documento-síntese, até o dia 20 de novembro de 2006.
- A Coordenação do Fórum deverá avaliar as propostas das Comissões até 25 de novembro, encaminhando parecer aos coordenadores.
- As quatro comissões deverão se reunir novamente para avaliar o parecer da Coordenação Geral até 29 de novembro.
- O senhor Rafael Luís Galdini Raimundo (Coordenador do CEFLOA) ficará responsável pela implantação de uma lista de emails e Portal para que documentos e dados básicos sejam compartilhados pela Internet.
- A Coordenação Geral do Fórum deve entrar em contato oficial com a ANVISA, INFRAERO, INCRA e outras instituições federais e estaduais cuja participação é fundamental, mas que ainda estão participando ativamente do processo.
- A Universidade Federal do Acre (UFAC), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Centro de Formação e Tecnologias da Floresta (CEFLOA) e as prefeituras municipais da região do Juruá desejam ser convidadas a participar da Comissão de Políticas Públicas e Cooperação Institucional.

- Até a próxima reunião conjunta das quatro comissões os coordenadores devem buscar obter documentos que sirvam como referenciais para a discussão de um Regimento Interno do Fórum: p. ex. MAP, Comitês de Bacias Binacionais.

5 – Manifestação dos representantes institucionais sobre a exploração ilegal de madeira por peruanos em território brasileiro.

Segundo relato de Camila G. Gomes (IBAMA), neste momento está em andamento mais uma operação do IBAMA na fronteira. *A situação voltou a se agravar, com novas invasões registradas inclusive na Terra Indígena Ashaninka.* O mediador do CEFLORA Augusto Rocha questionou como o governo peruano está operacionalizando respostas às denúncias de invasão. A representante do IBAMA explicou que *as madeiras peruanas estão se adaptando à fiscalização e já há uma estrada paralela à fronteira no território peruano. O Governo peruano tem que se comprometer e fazer, começando pela destruição da estrada paralela. Como é que o governo peruano vai agora autorizar a certificação das madeiras e ao mesmo tempo tem conhecimento das invasões? Um dos argumentos do governo peruano é de que as áreas já estão concedidas, mas o Peru vai ter que arcar com algum prejuízo também porque não podemos fazer a fiscalização só do lado Brasileiro. A prisão de trabalhadores braçais é uma perda baixa para as madeiras e os custos dos equipamentos e outros materiais destruídos são desprezíveis em relação aos lucros obtidos. A situação no PNSD está muito complicada. No lado peruano as madeiras não encontram dificuldade para a comercialização de madeiras obtidas ilegalmente. De alguma forma temos que nos relacionar com o mercado de madeira peruana, nem que seja para conscientizar a opinião pública global sobre o problema que é comprar madeira extraída ilegalmente por peruanos no Brasil.* O representante da SOS Amazônia Miguel Scarcello informou que o escritório do INRENA (agência ambiental peruana) em Pucallpa foi incendiado recentemente (**Anexo 2**). São exibidas fotos dos incêndios. Miguel Scarcello: *por que estamos tratando disso nessa reunião? Penso que deveríamos nos manifestar sobre essas ações criminosas que estão acontecendo, até em solidariedade ao povo Ashaninka. Podemos aproveitar essa reunião para encaminharmos uma manifestação sobre a situação.* Segue exposição em data-show da carta encaminhada pela Apiwtxa ao Ministério da Justiça (**Anexo 3**) reconhecendo os esforços das instituições brasileiras na repressão do saque de recursos naturais brasileiros, expondo os esforços diplomáticos dos Ashaninka para dar visibilidade ao problema, inclusive através do apoio ao Fórum de Integração Acre-Ucayali. O principal objetivo da participação dos Ashaninka nesse Fórum é a formulação de políticas públicas supra-nacionais que resolvam o problema de uma maneira definitiva. Continuou o senhor Miguel Scarcello: *temos aqui uma parte do Fórum e acho que poderíamos encaminhar uma carta ou manifestação formal sobre o problema.* A professora Karen sugere que a ação seja encaminhada pela Comissão de Política Públicas. O Coordenador do CEFLORA Rafael Galdini sugere que seja elaborado documento sobre a questão para apresentação na próxima reunião geral do Fórum e compromete-se a encaminhar formalmente ao Governo do Estado, juntamente com este relatório, uma comunicação sobre a prioridade que deve ser dada ao problema. O representante da SOS Amazônia Miguel Scarcello lembra que os Ashaninka já estão nesse movimento mais diretamente, inclusive com contato com ministros. Temos que fazer um movimento em solidariedade aos Ashaninka e ao Parque Nacional da Serra do Divisor em escala global pela Internet. O representante do IBAMA Pablo Saldo sugere a realização de uma manifestação pública dos representantes brasileiros do Fórum na cidade de Pucallpa. A Professora Karen sugere como encaminhamento que a discussão seja mantida em ata, mas que o encaminhamento seja tomado pelos indivíduos como cidadãos e

ambientalistas numa campanha pública. O grupo de professores da UFAC irá sugerir a realização, no âmbito da Universidade, de um trabalho de monitoramento de imagens de satélite sobre a situação da região de fronteira para subsidiar os trabalhos do grupo.

Anexo 1. Participantes de reunião das comissões brasileiras do Fórum de Integração Acre-Ucayali realizada no Centro de Formação e Tecnologias da Floresta (CEFLORA) em 10 de outubro de 2006.

Nome	Instituição
1. Alexandre de Souza	Campus Floresta/UFAC
2. Antonio de Paula	CASAVAJ
3. Camila Garcia Gomes	IBAMA
4. Claudene Atayde	Campus Floresta/UFAC
5. Edelson B. Souza	OPIRJ
6. Francisco A. Correia	IBAMA
7. Frederico Machado	PESACRE
8. Frederico S. Machado	PESACRE
9. José Augusto Rocha	CEFLORA
10. José F. Melo da Silva	CPI – AC
11. Karen Adami Rodrigues	Campus Floresta/UFAC
12. Laura Leal	CEFLORA
13. Leonardo A. Calderón	UFAC
14. Marcio V. Lima	IBAMA
15. Maria J. Damasceno	SOS Amazônia
16. Marta D. Moraes	UFAC
17. Miguel Scarcello	SOS Amazônia
18. Rafael Calderon	Campus Floresta/UFAC
19. Raimundo Agnaldo	Agroflorestais
20. Rodrigo Serrano	Campus Floresta/UFAC
21. Rutila Lima	PHC – FEM
22. Sérgio R. A. Silva	ANVISA
23. Silvana Souza	SEMA
Relator	Rafael L. G. Raimundo

Anexo 2. Fotos do prédio da agência ambiental peruana (INRENA) incendiado na cidade de Pucallpa.



Anexo 3. Ofício Circular da Apiwtxa de 08/09/2006 endereçado ao Ministro da Justiça do Brasil.

Ofício Circular 003/2006

Cruzeiro do Sul - AC, 08 de setembro de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomáz Bastos

Prezado Ministro,

Vimos comunicar as novas invasões ocorridas na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, onde foram localizados acampamentos de madeireiros peruanos.

De acordo com agenda de vigilância, o IBAMA e a Polícia Federal em sobrevôo na área de fronteira localizou cerca de cinco acampamentos de exploração madeireira sobre a linha da fronteira do Brasil com o Peru, aonde vimos uma grande frente de madeireiros com muitas máquinas, caminhões e toras de madeiras junto aos marcos de fronteira, nas proximidades do rio Juruá.

Tal situação deixa nossa comunidade em alerta e com grande sentimento de revolta, por não conseguir acabar com esse problema que vem ocorrendo há anos, inclusive comprometendo as ações e projetos em andamento, pois desviamos toda nossa atenção e esforço para solucioná-lo.

No entanto, reconhecemos o imenso esforço de atuação em conjunto das instituições nacionais, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA/Diretoria de Proteção Ambiental, Polícia Federal e Exército Brasileiro, que cumprindo com sua missão institucional e diligentemente tem sobrevoado a área quantificando e desmontando esses acampamentos, desta forma estão fazendo tudo que podem para proteger nosso povo, os recursos naturais brasileiros e o Território Nacional.

Nós, da comunidade Apiwtxa também temos feito todo o esforço diplomático no sentido de dar visibilidade a ameaça que estamos sofrendo e ao aumento da destruição dos recursos madeireiros que estão em nossa área e na faixa de fronteira do Brasil com o Peru. Desta forma, lideramos a criação do Grupo de Trabalho Binacional de Proteção Transfronteiriça, no qual participam as mais importantes entidades da sociedade civil, diretamente afetadas com essa crescente e descontrolada pressão madeireira. Nós sabemos ainda, que esta situação se deve a política de exploração dos recursos naturais do estado peruano, uma política que não se preocupa com a conservação da floresta, assim como não se preocupa com as populações

tradicionais: povos indígenas e índios isolados, que sabidamente habitam a região. O governo peruano não tem capacidade de implantar uma política de concessão florestal e proteção de seu próprio povo, bem como respeitar os territórios vizinhos.

Assim, exigimos que o Estado Brasileiro através do Ministério da Justiça, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Relações Exteriores, determine ao estado peruano que respeite o povo brasileiro e adote políticas integradas com o Brasil para a proteção da floresta, a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, se abrindo definitivamente ao diálogo com o estado brasileiro.

Estamos cansados e exaustos dessa situação e com a eminência dessa nova frente de exploração ao lado das nossas casas, não vamos conseguir dormir em paz e não iremos ficar passíveis.

Há exatos dois anos diligentemente estamos fazendo proteção da área de fronteira, prendendo madeireiros e tomando equipamentos. Se o governo brasileiro assim o desejar, a comunidade pode endereçar essa carta a Organização dos Estados Americanos (OEA), para que a mesma apóie estado brasileiro na sua iniciativa de conversar com o recém assumido governo peruano.

Aguardamos imediata atenção e resposta.

Atenciosamente,

Moisés da Silva Pinhanta

Presidente

Associação Ashaninka do Rio Amônia – Apiwtxa

Com cópia para:

A Sua Senhoria a Senhora

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Marina da Silva Vaz de Lima

A Sua Senhoria o Senhor

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim